



Anais da Assembleia

Nº 54

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 77ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Ivo Thomazoni.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Gabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 40/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/75, que aprova o Termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, e o Município de Rancho Alegre objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia local. Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada

pelos Srs. Deputados Mauricio Fruet e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Liam, Mauricio Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Sguarezo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (32); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Costes, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Netto, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Osvaldo Macedo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, requer manifestação do plenário para que seja dado um voto de pesar à tradicional família do Senhor ARNALDO VERGILIO FERTS, do Município de Mariópolis, e seja dado conhecimento a nobre família.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, respaldado em disposições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando seja encaminhado

do à douta Comissão que estuda a reforma judiciária do Estado, sugestão no sentido de que na presente reforma da Organização e Divisão Judiciária do Estado, sejam criados os distritos judiciários de SÃO JOÃO e de SÃO JORGE, ambos município no de ALTÔNIA.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Desde o início da atual legislatura, nos propusemos a colher informações nas quais pudéssemos nos assentar e, em seguida, propor através de plano de Lei ou nas formas regimentais e constitucionais possíveis, a criação dos distritos judiciários de SÃO JOÃO e de SÃO JORGE, ambos no município de ALTÔNIA.

Deparamo-nos com o Artigo 91 da Constituição Estadual, que determina que apenas o Tribunal de Justiça, tem competência para modificar a divisão judiciária do Estado, não tendo portanto, o Poder Legislativo, poder de iniciativa a respeito.

Vimo-nos então, forçados a apresentar o presente requerimento, como sugestão para que o problema não seja relegado e em segundo plano. São João e também São Jorge, apresentam hoje, todas as condições exigidas para serem elevados a distritos judiciário, não apenas possuem as condições mínimas a que se refere o artigo 9º da Lei Complementar nº 2, de 18/6/73 (Lei Orgânica dos Municípios), como superam em muito tais exigências.

Prevê a mesma Lei Complementar que a iniciativa deveria partir do Sr. Prefeito, referendada pela Colenda Câmara de Vereadores do município sede. Não conhecemos as razões, porém, não tomamos conhecimento de tal iniciativa.

Ora, se a medida não for efetuada agora, poderá se constituir em sério entrave ao desenvolvimento dos referidos distritos.

Certos estamos que contaremos com a elevada compreensão e bom senso do Poder Judiciário, que se esmera invariavelmente, quando as reivindicações são apresentadas visando o mais efetivo desenvolvimento da região e melhor distribuição da justiça em nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que através do Departamento de Assuntos Universitários, se estude a viabilidade de junto à Fundação Universidade Estadual de Maringá, sejam criadas extensões de seus cursos, na cidade de Cianorte.

Solicita ainda, a comunicação do presente à Prefeitura e Câmara Municipal de Cianorte.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Desde a gestão do Prefeito Ricardo Queiróz Carqueira, tem a comunidade cianortense pretendido conquistar para sua juventude, cursos de grau universitário. Com a frustração do entendimento feito entre o Poder Público municipal e uma entidade particular do ensino do interior paulista, a opção de Maringá. Cianorte como sub-polo importante da região Norte do Paraná, merece, e qualquer levantamento estatístico ratificará esta

afirmação, sediar cursos de terceiro grau. Além disso com a dituldade criada pelo Conselho Federal de Educação no funcionamento de novos cursos, resta também a universidade para crescer a possibilidade de extensão de seus cursos, em cidade que tenha a infraestrutura necessária, como é o caso típico de Cianorte.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos hoje a satisfação de usar a tribuna para trazer ao conhecimento da Assembléia o que irá acontecer amanhã e depois em nosso Estado.

A satisfação é principalmente deste Deputado, e de outros que na legislatura passada, por várias vezes, denunciaram desta tribuna o gravíssimo problema de posse de terras e legalização de terras em nosso Estado. Talvez nestes anos todos, centenas de vidas tivessem sido poupadas se as medidas que estão sendo tomadas agora, tivessem sido tomadas há mais tempo.

O ano passado, através dos decretos 73.810; 73.811; 73.812 e 75.095, de março e dezembro, respectivamente, o Governo Federal declarou de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais situados nos municípios de Cascavel, Barracão, Palotina e Assis Chateaubriand.

Amanhã, o Sr. Ministro de Agricultura, juntamente com o Sr. Governador do Estado, no município de Foz do Iguaçu, além de inauguração de uma cooperativa de eletrificação rural, estarão outorgando títulos de propriedade rural a trabalhadores rurais daqueles municípios e, domingo, depois de tantos anos de luta, de insistência por parte do povo do município de Palotina, o Governo Federal, em março e dezembro, desapropriou duas áreas que mais conflitos traziam a esse setor naquela região.

Então, domingo, o Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Governador do Estado e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, estarão em Palotina entregando títulos de propriedade, os primeiros de uma grande remessa naquele município.

Isso, sem dúvida, é a confirmação de uma tranquilidade e paz, que há muitos anos os moradores da zona rural daqueles municípios desejavam. E essa tranquilidade e paz que o Governo Federal traz a esses municípios, fará com que nosso Estado possa produzir mais e aquelas famílias viverem com mais tranquilidade.

Talvez hoje, mais por culpa da morosidade da justiça, do que pelo trabalho do IBCRA, estamos tendo algumas áreas no Paraná, com sérios conflitos de terra. Mas o que irá acontecer amanhã em Foz do Iguaçu, e depois de amanhã em Palotina, nos anima a entender que, em curto prazo o Paraná poderá ter no meio rural a tranquilidade tão almejada e desejada que, praticamente, nestes 50 anos viveu procurando e buscando para seus filhos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste instante, dar ciência a esta augusta Casa e ao povo do Paraná, da luta do nosso companheiro na Câmara Federal, Joaquim dos Santos Filho, conforme notícia no "O Estado do Paraná", do dia 25 de maio de 1975. (Lê):

"Paraná deve receber o novo polo petroquímico. Não resta a menor dúvida, pelos levantamentos de ordem técnica, que cabe ao Paraná receber o novo polo petroquímico a ser instalado pelo Governo Federal. Na Câmara, em discurso pronunciado,

o Deputado Joaquim dos Santos Filho disse que os estudos elaborados pelo Banco do Desenvolvimento do Estado do Paraná "levam-nos a afirmar da conveniência e necessidade da implantação de um complexo petroquímico na Região Sul, e dentro das opções que essa área oferece, as imediações da Refinaria de Araucária surge como a opção mais viável".

Depois de apresentar argumentos de natureza técnica, extraídos de estudos procedidos pelo BADEP e pelo IPARDES, o parlamentar ponderou que a expansão do parque petroquímico no eixo Rio-São Paulo, além de significar o reforço das mesmas tendência danosas da excessiva concentração econômica e industrial, significará necessariamente "deseconomias por aglomeração, principalmente pelos custos de infra-estrutura. É fundamental que haja um desfogo do desenvolvimento industrial dessa região, já desenvolvida econômica, para que os problemas de congestionamento, superpopulação, poluição e desenvolvimento urbano sejam tratados e resolvidos de maneira a que a qualidade de vida e o equilíbrio social de sua população atinjam níveis compatíveis com o estágio atual de desenvolvimento econômico alcançado".

Em seu pronunciamento o Deputado Joaquim dos Santos Filho destacou que o Paraná é considerado um dos Estados de mais potencialidade agrícola, contribuindo com cerca de um quarto de produto total de agricultura brasileira e ocupando o segundo lugar no valor da produção agropecuária do País.

Continua o Deputado salientando que o "atraso do setor industrial fez com que, até agora, essa infra-estrutura permanecesse razoavelmente descomprometida e que no setor de energia elétrica, telecomunicações e rede ferroviária o Estado atravessa fase das mais auspiciosas.

Mas o argumento mais eficaz em favor da instalação do novo polo petroquímico no Paraná é, no entender do Deputado, a Refinaria de Araucária, que disporá de grandes excedentes de óleo combustível, insumo indispensável à indústria petroquímica. E lembrou que também a Refinaria do Xisto, "situada a poucos quilômetros de Araucária, oferecerá insumos e é outra opção para a localização do Polo em suas proximidades".

Vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o jovem Deputado Joaquim dos Santos Filho, está lutando pelas grandes obras que hão de levar o Paraná ao segundo Estado da Federação.

Queremos que todo o Paraná saiba que temos na Câmara Federal um companheiro nosso lutado pelo Paraná e pela sua gente.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, terceiro orador inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias requeri a transcrição nos Anais desta Casa de uma notícia jornalística em que dava conta da opinião do Delegado Regional do Trabalho, Sr. Adalberto Mazza, externando sua preocupação da verdadeira invasão, na área do jornalismo televisionado, de pessoas não credenciadas, cujo artigo citava o exemplo de que o próprio Edson Arantes do Nascimento foi impedido de transmitir comentários esportivos da última Copa do Mundo por não ter a credenciação necessária.

Temos assistido e verificado a preocupação dos homens políticos que chegaram até o povo através de iniciativas isoladas.

Temos sentido a preocupação dos nossos partidos políticos em organizarem conferências, cursos de formação política congressos, temas de debates, tudo isto objetivando a grande movimentação, a grande motivação despertada nas últimas elei-

ções, no último dia 15 de novembro, porque sociólogos e historiadores já disseram que separaram uma fase da História do Brasil: antes de 15 de novembro e depois de 15 de novembro.

Quer me parecer que existe uma preocupação dos nossos partidos em realmente darem o cumprimento, darem o cunho da autenticidade a que o partido político não seja uma mera facção ou uma mera criação da lei. A própria lei que criou os partidos políticos, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, em seu artigo 75 fixa os partidos terão direito, ao menos, 2 vezes por ano a terem seus programas ou suas funções públicas retransmitidas gratuitamente, e não apenas quando do evento de pugnais eleitorais. No entanto, esta disposição legal permanece em letra morta, porque ficou à incumbência do Superior Tribunal Eleitoral, regulamentar, e até hoje, passados vários anos da Lei Orgânica dos Partidos, não tivemos, por parte do Tribunal Eleitoral esta regulamentação.

Traz-me à tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação de que alguma coisa tenha que ser feita a fim de que alguma coisa tenha que ser feita a fim de que o Superior Tribunal Eleitoral faça a regulamentação dessa disposição legal, do artigo 75 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que está vasado nos seguintes termos:

"Os partidos terão função permanente assegurada pela continuidade do serviço de secretaria;

2º) — Pela realização de conferências;

3º) — Pela promoção ao menos 2 vezes ao ano, no âmbito da circunscrição dos órgãos dirigentes de congressos e sessões públicas, da difusão do seu programa, assegurada a retransmissão gratuita pelas empresas transmissoras de rádio difusão".

Mas o parágrafo único deste artigo diz o seguinte:

"A gratuitamente da transmissão e o programa dos cursos a que se referem os incisos 3º e 5º serão regulados em instrução pelo Tribunal Superior Eleitoral."

Esta Lei foi sancionada em 15 de julho de 1965, e até hoje nós não tivemos a regulamentação por parte do Tribunal Superior Eleitoral. Diante disto, acredito seja válida a iniciativa no sentido de motivar o Tribunal Superior Eleitoral, para que efetue esta regulamentação, pois caso contrário, os nossos partidos continuarão a ser aqueles órgãos que apenas nas campanhas políticas se mobilizam, e, não, aqueles veículos de transmissão de idéias, permanentes.

Neste sentido, apresento, Sr. Presidente, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, requer manifestação do plenário para aprovação de requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que seja regulamentado o artigo 75 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1975.

a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Temos assistido os partidos políticos realizarem cursos e debates de formação política, tema prático saudável sem dúvida. É a função permanente do órgão político. Nesta, encontra tanto o político como o eleitor, não só informados dos rumos que a nação caminha, mas permite uma intervenção real no quadro político da nação.

Todavia, número limitado de pessoas tomam conhecimento desta prática democrática. A lei já prevê a necessidade de levar ao público, através dos órgãos de difusão, a temática de tais

congressos. O art. 75, III da Lei Orgânica dos Partidos Políticos é expressas em assegurar, ao menos 2 vezes por ano, a retransmissão das funções político-partidária.

Porém pelo Parágrafo Único, do mesmo art. 75, a regulamentação destas transmissões gratuitas ficou a cargo do TSE.

Após o último 15 de novembro, a nação reviveu politicamente. Hoje fala-se em distensão como fase e preparação para a plenitude democrática. Sem poder chegar até o povo e motivá-lo para a política, estão seriamente ameaçados, nossos partidos, de serem criações fictícias que só funcionam durante campanhas eleitorais.

Muito obrigado". — (Sem revisão do orador).'

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós, como representantes também do extremo noroeste do Estado do Paraná, tivemos a oportunidade, no decorrer dos últimos anos, de conviver e de sermos amigos pessoais do Sr. Mário Junqueira, presidente há muitos anos da Associação de Criadores de Nelores do Brasil.

Tivemos conhecimento, através de noticiário nacional de imprensa e de TV, de suas declarações com relação à interferência de empresas multinacionais no comércio da carne em detrimento das empresas nacionais que operam neste setor.

Não poderíamos, como amigos pessoais deste paulista que tem coração paranaense e que preside uma das importantes associações de pecuária do Brasil, deixar de manifestar desta tribuna, nesta Casa, nesta manhã, nossa solidariedade e nosso apoio às declarações corajosas, às denúncias formuladas na última quarta-feira.

Portanto, apresentamos, a esta Casa um requerimento nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, se oficie ao Sr. José Mário Junqueira, Presidente da Associação dos Criadores de Neloire do Brasil, demonstrando a solidariedade desta Assembléia com relação a sua corajosa denúncia contra as Empresas Multinacionais que operam no setor de carne, amplamente divulgada pela imprensa nacional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1975".

O segundo requerimento, Sr. Presidente, refere-se a Cianorte, no Noroeste também, que há quatro anos passados tem feito sucessivas tentativas para implantar naquele progressista município, super polo de importante região, o curso superior.

O ex-Prefeito Queiroz Cerqueira, realizou junto a uma entidade paulista, gestões no sentido de que Cianorte viesse a ter seu curso superior, sua unidade de terceiro grau. Agora há possibilidade de que Cianorte obtenha seu curso superior através de uma extensão da Universidade de Maringá.

Neste sentido fazemos um apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura para que, através do competente Departamento de Assistência Universitária gestione junto à Fundação Universitária de Maringá para que estude a possibilidade da criação de extensão de seus cursos na cidade de Cianorte.

Entendemos que tal atitude do Governo do Estado, através da Secretaria de Educação, dará, àquela comuna, realmente o que ela merece por direito.

Portanto, o requerimento que fazemos ao Sr. Secretário, e pedimos também o apoio dos Srs. Deputados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quinto orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para propor um voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Jayme Canet Junior, por ter escolhido a pessoa de José Antonio Hugo Santana, Diretor Superintendente da Paranatur, moço de Paranaguá, não obstante ser político militante da Arena, foi Diretor do Porto de Paranaguá, foi Vereador daquela cidade, mas não posso deixar de reconhecer, naquele advogado ilustre, naquele homem de caráter e de conduta irrepreensível, méritos e condições para, na Paranatur, desenvolver a contento as funções que lhe foram designadas.

Razão pela qual, insuspeito que sou, por ser Deputado do MDB, e em termos políticos estarmos sempre em campos antagônicos, em campos adversos, eu o respeito. Mas, neste instante, sinto-me feliz pela escolha de Antonio José para Diretor da Paranatur, razão pela qual, Paranaguá, neste momento, lhe presta homenagens através de seu Deputado Estadual.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, sexto orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou apresentar à Casa, o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem a presença de V. Exa. para requerer, seja registrado em Ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante curitibano, REZALA SIMÃO, um dos primeiros lojistas de nossa Capital, e um dos libaneses que trouxeram ao Paraná e ao Brasil a contribuição de sua inteligência, sua capacidade, deixando uma geração de herdeiros com elevadas posições em nossa comunidade.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1975".

Passamos às mãos de V. Exa. o referido requerimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Estamos chegando ao interior do Paraná, onde pudemos sentir a ansiedade do povo, a sua angústia, a sua preocupação, diante dos novos comandos políticos.

Sentimos que nas cabeças leigas de um povo leigo existe uma imagem distorcida desta Casa.

No interior, muitas vezes, o Deputado Estadual deixa de ser o legislador, o político, e passa a ser, pelas suas atitudes discriminatórias, o politiquês, um mau exemplo que os jovens olham com desconfiança.

E são estes mesmos jovens que nos encontram e nos perguntam quando serão encontrados finalmente os caminhos da grandeza política, da política com estatura, preconizada pela Escola Superior de Guerra, grande sonho dos homens deste nosso País.

E uma pergunta que trazemos a esta Casa e que nos foi entregue numa das cidades que percorremos: "os comandos políticos representam uma figura da época que vivemos? "

As crianças das escolas são obrigadas a desfilarem diante do retrato do Deputado com comando político que coloca sua fotografia, como o dono feudal, o coronel político com direito de vida e morte sobre a família dos funcionários públicos?

Srs. Deputados, venho a tribuna hoje trazido pela ira que me vi possuído ao constatar as injustiças que encontrei em alguns municípios.

Não é a ira que revolta, manifestação grosseira e pré-humana, mas a ira definida pelo Padre Manoel Bernardes, numa de suas silvas:

"A IRA SEM PECADO, PORQUE A PACIÊNCIA E O SILÊNCIO SÓ AUMENTAM A NEGLIGÊNCIA DOS MAUS E TENTEM A PERSEVERANÇA DOS BONS".

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sabemos perfeitamente das nossas limitações, pois jamais esgotaremos palavras repetitivas de nossas origens humildes, pois é exatamente onde está a nossa maior força, nos deixam à vontade para denunciar desta tribuna o mau uso, por alguns parlamentares, dos comandos políticos.

E voltando a repetir Padre Bernardes para frisar:

"NOSSA INDIGNAÇÃO É INDIGNAÇÃO QUE ILUMINA, PORQUE O TEMPLO DA POLITICA ESTÁ INVADIDO PELOS PROFANADORES. HOMENS QUE AINDA NÃO ENTENDERAM A IMPORTÂNCIA DE SER POLÍTICO".

Como disse Rui Barbosa, na sua oração aos moços:

"QUEM, SENÃO A CÓLERA SANTA IRÁ PRECIPITAR DO GOVERNO O NEGOCISMO, A PROSTITUIÇÃO POLÍTICA, OU A TIRANIA?"

Esta prostituição política, já acusada por Rui Barbosa, é uma prática condenada, vilipendiada, odiada, mas infelizmente viva, como um mau exemplo à juventude brasileira, que tanto espera dos políticos e que se desilude a cada exemplo de feudalismo.

Srs. Deputados, queremos buscar mais uma frase na Revolução Constitucionalista, de 1932, quando Alcântara Machado se dirigia aos revolucionários:

"AGORA SÃO OS MOÇOS DE TODOS OS TEMPOS QUE TÊM A PALAVRA, NESTE NOSSO BRASIL SITUADO PELAS TREVAS, AMORÇADO PELA CENSURA E MACULADO PELOS HORRORES DAS RESPONSABILIDADES: O BRASIL QUE TEM PROCURADO EM VÃO LIMPAR NA BACIA DE PILATOS AS MANCHAS DO SANGUE DO JUSTO, O BRASIL QUE VOS AJUDA A CARREGAR A CRUZ DO SACRIFÍCIO".

Estes jovens Sr. Presidente, que com o sangue efervescente dos patriotas, que não conseguem aceitar as ingratidões, as transferências, as injunções políticas que chegam aos municípios, são estes jovens que correspondem a sessenta por cento da população paranaense, que nos interrogam a respeito deste espetáculo grotesco e deplorável que está acontecendo no interior.

E queremos fazer justiça nesta Casa: nem todos os Srs. Deputados já ganharam do seu Papai Noel e brinde do comando político, que usam esta autoridade com o espírito ditatorial, que degradam, pisoteiam, que procuram mostrar grandeza e só conseguem exprimir pequenez.

Mas que não se enganem aqueles que usam os poderes discricionário coma embriaguês do momento: o povo não aceita o processo de escravidão imposto por falsos líderes e a juventude já não suporta mais o peleguismo e o coronelismo.

A estas lideranças falsas que fabricam a tragédia política do Paraná, que neste momento levam intranquilidade ao próprio Governador com suas exigências cada vez mais ávidas, prejudicando o próprio Paraná, queremos lembrar que como em Curitiba, também no interior a marcha da Oposição em direção ao poder é avassaladora: o vírus do peleguismo, herdado do Estado novo, mantido vivo pelas oligarquias, está diante de uma vacina poderosa e inexorável: o povo deste Estado.

O povo que tem olhos e que tem ouvidos, o povo que lê os jornais, que acompanha os acontecimentos, que sofre na própria carne as discriminações odiosas.

O povo saberá devolver ao ostracismo estes falsos líderes fazendo vigorar sobre as cabeças dos maus políticos, o sol poente, caminho indicativo para aqueles que ainda não entenderam que a história deve se repetir, mas sempre pelos seus aspectos positivos, porque, acima dos interesses particulares, acima dos pequenos pontos de diferenças pessoais, deve estar a dignidade política do parlamentar.

E é em nome desta dignidade que antes de acusar desta tribuna as arbitrariedades que temos registrado no interior, que desejamos apelar aos Senhores Deputados e ao Senhor Governador, para que se insistirem encontrarão na bancada do Movimento Democrático Brasileiro sentinelas vigilantes para denunciar à nação brasileira os autores da tragédia política do nosso querido Paraná".

Estas as nossas palavras, Sr. Presidente, Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 63/74, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de ensino os Colégios Vidigal e São Lourenço, do município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 63/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a integrar na rede de ensino, os COLÉGIOS VIDIGAL e SÃO LOURENÇO, do Município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 118/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Academia Feminina de Letras do Paraná, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 118/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DO PARANÁ, com sede em Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 139/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Associação

de Câmaras Municipais do Paraná", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 139/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE CÂMARAS MUNICIPAIS DO PARANÁ, com sede na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 156/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade São Vicente de Paulo da cidade de Alto Paraná. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 156/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO, da cidade de Alto Paraná.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente.
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 157/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, o 1º de Maio Esporte Clube da cidade de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 157/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o 1º de Maio Esporte Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 165/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Associação de Escola Internacional de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 165/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DA ESCOLA INTERNACIONAL DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975,

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 174/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Sociedade Lar São Vicente de Paulo, da cidade de Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 174/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade LAR SÃO VICENTE DE PAULO, da cidade de Cornélio Procopio.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 177/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a "Tenda Espírita Mãe Margarida", com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 177/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a TENDA ESPÍRITA MÃE MARGARIDA, sociedade civil de caráter religioso-filantrópico, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 192/74, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, a AURÉLIO FEIJÓ. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 192/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, a AURÉLIO FEIJÓ.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

- a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
- a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 196/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação das

Igrejas dos Irmãos Menonita do Brasil, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 196/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS IGREJAS DOS IRMÃOS MENONITAS DO BRASIL, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) FRANCISCO ESCORSIN — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rezala Simão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, no sentido de que na presente reforma Judiciária do Estado, sejam criados os distritos judiciários de São João e de São Jorge, ambos no município de Altonia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arnaldo Vergílio Ferst, no município de Mariópolis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, para que através do Departamento de Assuntos Universitários, seja estudada a viabilidade de junto à Fundação Universidade Estadual de Maringá, sejam criadas extensões de seus cursos, na cidade de Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, demonstrando a solidariedade desta Casa com relação a sua corajosa denúncia contra as Empresas Multinacionais que operam no setor da carne, amplamente divulgada pela imprensa nacional. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando manifestação do plenário para aprovação de requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que seja regulamentado o artigo 75 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, objetivando providências urgentes junto à Secretaria competente, no sentido de determinar a construção de prédio para o funcionamento do ensino de 1º grau, na sede do distrito de Iguatemi, município de Maringá. — Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para discutir). Sr. Presidente, solicitamos na reunião anterior a discussão do requerimento do companheiro Antonio Facci, apenas para ratificar seus termos e dar, também, a demonstração deste Deputado que, com muito orgulho e honra, representa Maringá, que com relação ao

problema de Iguatemi, realmente o prédio existe, do Estado, que não me falha a memória, chama-se Rui Barbosa, e está em precaríssimas condições. Quando nós ocupávamos o cargo de Secretário da Educação, tivemos a feliz oportunidade de construir, pela Prefeitura, o atual prédio em alvenaria, do CNC, que abriga o curso, o atual curso ginásial, e o prédio ao lado, ou seja, o grupo escolar Rui Barbosa está prestes a ser condenado inclusive pelo órgão competente do DOE daquela região, porque não tem a menor condição de abrigo, de que sejam ministradas aulas naquele estabelecimento.

Levantamos a nossa voz também, para, juntamente com o nobre Deputado Antonio Facci, demonstrarmos, ao Governador do Estado, a nossa insatisfação com relação ao abandono em que se encontra aquele prédio estadual, no progressista distrito de Iguatemi, da cidade de Maringá.

Era apenas para isto, Sr. Presidente, que pedimos, na última sessão, para discutir o presente requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, para que interceda junto à Fundepar, no sentido de que sejam destinadas carteiras escolares para o Grupo Escolar Presidente Vargas, situado na sede do distrito de Floriano, município de Maringá. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 2 de junho, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 186/74.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 272/73.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 6/75 e 13/75.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 376/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — O art. 1º, do Decreto Legislativo nº 68/75, de 20 de fevereiro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

“A gratificação de representação de que trata o item IV, do art. 172, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, é extensiva aos Servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, no que for aplicável, conforme dispõe o Decreto nº 545, de 27 de maio de 1975, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado”.

Art. 2º — As gratificações mencionadas no artigo anterior serão pagas nos seguintes valores:

I — Diretor Geral Cr\$ 3.500,00

II — Diretores de Departamento, Diretor do GAT, Consultor Jurídico, Chefes de Gabinete da Presidência, da 1ª e 2ª Secretarias Cr\$ 3.000,00

III — Assistentes Técnicos, Diretores Adjuntos, Tesoureiro Geral, Chefe de Gabinete da Diretoria Geral e Contador Geral Cr\$ 2.500,00

IV — Assessores de Gabinete da Presidência, da 1ª e 2ª Secretarias

rias, Tesoureiros Auxiliares, Chefes de Gabinete da 1ª e 2ª Vice-Presidência, Chefe da Divisão das Comissões, Secretários de Comissão, Médicos de cargos isolados de provimento efetivo e Advogados Cr\$ 2.300,00
V — Economistas, Contadores, Redatores, Técnicos de Administração, Auxiliares Técnicos, Chefes de Gabinete da 3ª e 4ª Secretarias, Chefes de Serviços Autônomos, Chefe de Divisão, Oficiais de Gabinete da Presidência, 1ª e 2ª Secretarias e da Diretoria Geral Cr\$ 2.000,00
VI — Administrador Geral, Taquígrafos, Chefes de Gabinete das Lideranças do Governo, da ARENA e do MDB Cr\$ 1.800,00
VII — Assessores de Relações Públicas, Assistentes de Plenário, Chefes de Secção, Auxiliares de Gabinete e Pagador Cr\$ 1.500,00

Art. 3º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de maio de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

PORTARIA Nº 262/75

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4321/75 deste Poder,

R E S O L V E:

designar, para compor grupo de trabalhos destinado a elaborar as propostas Orçamentárias anuais, para o exercício financeiro de 1976, e Plurianual de Investimentos os exercícios financeiros de 1976, 1977 e 1978, desta Assembléia Legislativa, e confeccionar Demonstrativos de Despesas do primeiro semestre e Previsão de Gastos do segundo semestre do corrente exercício, os seguintes funcionários:

GRUPO DE TRABALHO

Coordenador Geral	Aimoré da Rocha
Assessores	Blumer Bosquilia
	Wilians Rolando Romanzini
	Nelson Silvio Salles
Coordenadores de Grupo ...	Luciano Lacerda Filho
	Gabriel Luiz Franchescki
	Luiz Antonio Caron
Grupos de Trabalho Pessoal ...	Almir Santos
	Eleovan Cesar Ribeira
	João Maria de Jesus Campos
	Araujo
Grupo de Trabalho Manutenção ..	Farid Luiz Guérios
	Edmir Enézio da Silva
	Sérgio Valério Antanuncio
Grupo de Trabalho Capital	José de Arimatéia
	Cleto
	Luiz Ruppel Bittencourt
	Marcos Uniga
	Ismar Dellagassa Passos
Síntese de Trabalho	
Compilação de Dados	José Olimpio Sotto Maior
	Macedo

	Juarez de Quadros Gonçalves
	Mario Henrique da Cruz
Comissão de Planejamento	Francisco Dranka
	José Paulo Orth
	Zeno Paciornick
Administrador Geral-Apoio	Antonio Gulbino

GRUPO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO,
CLOVIS STADLER DE SOUZA,
ALBERTO CARAZZAI NETO,
RUBENS PADILHA MENDES,
JOSÉ JOAQUIM,
PAULO DO CANTO PACHECO,
ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN,
CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI,
OSMAR LUIZ DELAGASSA PASSOS

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de maio de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
- Diretor Geral

PORTARIA Nº 263/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4430/75, de 7 de maio de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

designar, os funcionários DARIO FORTUNATO DARIF, ES-VERBEN GUIMARÃES PLAISANT e ALFREDO PRESTA, para, sob a presidência do primeiro, constituem comissão de sindicância, que apurará a responsabilidade da funcionária OLGA POPOVICH, que consta de Edital de Chamamento n. 1/75.

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de maio de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
- Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 375/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

readaptar, LUCIA MARIA DA VEIGA, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo da carreira de Oficial de Administração, nível PL-20, para a carreira de Auxiliar Técnico, nível PL-25.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO, 21 de maio de 1975

- a— PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a— AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a— MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário